



## TJ-PE dá informação de processo administrativo pela intranet

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco já podem acompanhar o andamento dos requerimentos administrativos sem se deslocarem de suas unidades de trabalho. As consultas são feitas pela intranet.

De acordo com informações do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o serviço, idealizado pelas Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e de Informática (Dinfo), está funcionando desde o dia 11 de junho, por meio da rede interna do Judiciário, no site [www.tjpe.gov.br](http://www.tjpe.gov.br).

O acesso é feito pelo canal “protocolos”, no canto inferior direito da tela, clicando o link “consulta”. A consulta é feita com o número do documento, do protocolo ou o nome do interessado. O resultado é mostrado em poucos segundos.

Segundo a diretora de informática, Ana Luisa Florêncio, o programa foi desenvolvido com a preocupação de permitir ao servidor acompanhar cada passo do requerimento, inteirando-se do setor em que o documento se encontra. Antes, isso só era feito por telefone ou comparecendo ao setor responsável. Para ela, a iniciativa beneficia principalmente os servidores do interior, que têm dificuldades por causa da distância em relação à capital.

A diretora antecipou que em breve, um novo sistema desenvolvido pela diretoria poderá facilitar ainda mais a vida dos servidores. O programa, que será concluído em agosto, vai possibilitar não só a visualização do setor onde o documento se encontra, mas também o cadastramento dos documentos emitidos no sistema, em que situação ele está, quais os despachos já realizados e suas pendências.

De acordo com Ana Luísa, esse novo sistema depende, entretanto, de um levantamento dos documentos que poderiam ser movimentados de forma eletrônica. Ela explica que existem alguns pontos complexos a serem estudados, como a viabilidade jurídica em “virtualizar” (substituir o papel por arquivos em computador) o conteúdo dos documentos.

Caso não haja impedimento para a proposta, a diretora já vislumbra os benefícios trazidos pela implantação desse programa. Para ela, a medida traria economia de temp — porque não seria necessário esperar a chegada dos documentos à administração do Tribunal de Justiça estadual — e de papel, que não seria mais utilizado.

### **Date Created**

23/06/2004